

REGIONALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Gabriela Dorneles Ferreira da Costa

Um dos aspectos das instituições e organizações regionais que nem sempre é lembrado é o das políticas públicas. O estudo de políticas públicas em instituições regionais é recente, inclusive pelo fato de o campo de estudo das Políticas Públicas ser posterior tanto à construção do campo da Ciência Política quanto ao surgimento da disciplina de Relações Internacionais. Todavia, sabe-se que os espaços regionais são espaços de trocas entre os países-membros em termos de suas políticas públicas e de potencial construção de políticas públicas comuns.

Uma política pública é definida como uma ação intencional de um governo com objetivos a serem alcançados e envolvem “embates em torno de interesses, preferências e ideias” (SOUZA, 2006, p. 25). No âmbito das instituições regionais, as interações em termos de políticas públicas dependem da agenda e da profundidade do processo integracionista. O alinhamento de políticas públicas entre os países-membros pode se referir apenas a um tema específico no âmbito de suas políticas externas ou avançar para políticas públicas amplas e das mais vastas searas (como saúde, educação, trabalho etc.). Igualmente, essa interação pode variar num continuum entre o mero compartilhamento de experiências em termos de políticas públicas até a construção de uma política pública comum a todos os membros da instituição regional. Nesse sentido, em se tratando de regionalismo e política pública, Luján (2009) construiu um quadro de institucionalidade para políticas públicas regionais:

Quadro 1 – Modelos de Institucionalidade para Políticas Públicas Regionais

	Condução centralizada	Alianças estratégicas	Modelos de redes
Configuração política	Federação	Confederação	Comunidade
Unicidade da política pública	Uma única política pública regional	Programa conjunto e autonomia de execução	Política nacionais autônomas
Tipo de condução	Direção	Coordenação	Articulação
Instituição responsável	Executivo	Parlamento regional	Executivos
Orçamento	Orçamento institucional	Orçamento global e orçamentos nacionais	Orçamentos nacionais
Avaliação	Controle de gestão	Avaliação conjunta	Avaliação por nó
Princípio ordenador	Governo regional	Supranacionalidade	Intergovernamentalidade
Níveis	Um nível conexo	Dois níveis	Um nível desconexo

Fonte: Adaptado de Luján (2009, p. 191, tradução nossa).

Como o modelo criado por Luján (2009) demonstra, a unidade da política pública pode não existir (políticas nacionais autônomas), pode ser parcial (programa conjunto e autonomia de execução) ou pode constituir uma política pública regional única. De todo modo, Ives (2018) demonstra como a transferência de políticas públicas é um mecanismo recorrente dos Estados-partes de instituições multilaterais para socializar seu modelo de Estado, inclusive no âmbito das instituições regionais. A transferência de políticas públicas é definida como “um processo no qual o conhecimento sobre políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias de um ambiente político (passado ou presente) é usado para o desenvolvimento de políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias em outro ambiente político” (IVES, 2018, p. 7). Tal prática é um recurso empregado pelos Estados para impactar as relações de poder.

Nesse quadro, há dois cenários: o das instituições supranacionais e o das instituições intergovernamentais. Isso se deve ao fato de o desenho institucional balizar as dinâmicas de relações em muitos aspectos, tais como a profundidade e a autonomia dos Estados para gerarem políticas públicas e socializarem as suas respectivas experiências. Além disso, quando falamos de regionalismo e políticas públicas é preciso ter em mente que há dois componentes em constante tensão, o técnico e o político:

O primeiro é responsável pelo gerenciamento de operações, planejamento de atividades, controle da gestão e desenvolvimento de capacidade. O segundo centra-se na construção da legitimidade do processo, na obtenção do reconhecimento dos diferentes atores envolvidos e na procura do apoio económico, social e político que toda política requer. Estimula o comprometimento dos atores relevantes,

busca seu apoio, gera recursos tangíveis e intangíveis e permite que a política, que se desdobra em um campo de forças em disputa, dê frutos. (LUJÁN, 2009, p. 190, tradução nossa).

Conforme Luján (2009), a fim de garantir maior probabilidade de sucesso, a institucionalização de políticas públicas regionais deveria começar por um acordo político e social amplo para resolver problemas específicos, e não problemáticas gerais. Por outro lado, Ives (2018) menciona possíveis dificuldades de organização regionais adentrarem temas específicos por isso envolver o adensamento do debate, quando muitas vezes as organizações regionais se limitam a debates rasos no campo da concertação política entre as partes. De todo modo, independentemente da disposição e/ou da capacidade dos Estados-membros de adentrar tópicos específicos e complexos na agenda da organização regional, Luján (2009) apresenta os três seguintes modelos de geração de políticas públicas regionais:

Com isso, percebe-se que, embora o debate seja recente, já se constroem elaborações teóricas importantes para: (i) compreendermos este aspecto específico das dinâmicas das

Quadro 2 – Modelos de Geração de Políticas Públicas Regionais

	Racionalismo	Incrementalismo	Radicalismo Seletivo
Tipo de diagnóstico	Diagnóstico exaustivo	Diagnóstico rigoroso	Diagnóstico focalizado
Tamanho do conjunto de alternativas	Elaboração de todas as alternativas	Análise de algumas alternativas	Análise em profundidade de poucas alternativas
Alcance da ponderação de custos	Ponderação de custos de todas as alternativas	Ponderação de custos de cada alternativa gerada	Ponderação de custos das alternativas principais
Tipo de interação	Tomada de decisões	Negociação	Estratégia
Tipo de aprendizado realizado	Aprendizado por dedução	Aprendizado por indução	Aprendizado por abdução
Tipo de alternativa selecionada	Seleção da alternativa ótima	Seleção da alternativa satisfatória	Seleção das alternativas de alto impacto

Fonte: Adaptado de Luján (2009, p. 188, tradução nossa).

instituições regionais; e (ii) pensarmos os modelos de instituições regionais que queremos construir perante o adensamento das interações internacionais em termos de políticas públicas. Este texto não teve o objetivo de aprofundar as perspectivas do estudo das relações entre regionalismo e políticas públicas, mas sim introduzir o debate e lançar luz a este tema importante tanto para a Academia, sobretudo para as disciplinas do campo das Ciências Sociais, quanto para o setor público.

Gabriela Dorneles Ferreira da Costa

Mestra em Relações Internacionais pelo Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). E-mail: gabrielaferreiracosta@gmail.com. Orcid: 0000-0002-1967-1467

Como citar:

COSTA, Gabriela Dorneles Ferreira de. Regionalismo e Políticas Públicasl. **Cadernos de Regionalismo ODR**, São Paulo, v. 5, 2022, p.162-165. ISSN: 2675-6390.

REFERÊNCIAS

LUJÁN, Carlos. Una reflexión sobre los soportes institucionales para viabilizar políticas públicas regionales. In: CAETANO, Gerardo (org.). La Reforma Institucional del MERCOSUR: del diagnóstico a las propuestas. Montevideo: Ediciones Trilce, 2009. p. 183-197.

IVES, Diogo. A teorização de processos de integração regional pela perspectiva da transferência de políticas públicas. OIKOS (Rio de Janeiro), v. 17, n. 1, 2018.